



MINISTÉRIO PÚBLICO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DO TESTE DE CONHECIMENTO

CONTEÚDOS GERAIS¹

Matérias gerais, concernentes à legislação Cabo-Verdiana aplicável à Administração Pública e ao Ministério Público

Os candidatos devem consultar os seguintes documentos/matérias:

- Lei Constitucional n.º 1/VII/2010, de 3 de maio, que revê e republica a Constituição da República de Cabo Verde;
- Lei n.º 42/VII/2009, de 27 de julho de 2009, alterada pela Lei n.º 117/VIII/2016, de 24 de março, que define as bases em que assentam o Regime da Função Pública;
- Lei n.º 89/VII/2011 de 14 de fevereiro, alterada pela Lei n.º 16/IX/2017, de 13 de dezembro, que aprova a Orgânica do Ministério Público;
- Lei n.º 102/IV/93, de 31 de dezembro, que define o regime jurídico da constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na Administração Pública;
- Lei n.º 31/III/87, de 31 de dezembro, alterado pelo Decreto-Legislativo n.º 8/97, de 8 de maio, que aprova o Estatuto Disciplinar dos Agentes da Administração Pública;
- Lei n.º 39/VI/2004, de 02 de fevereiro de 2004, que estabelece medidas de Modernização Administrativa;
- Decreto-lei n.º 12/97, de 24 de março – que define os Procedimentos na Administração Pública;
- Decreto-lei n.º 9/2013, 26 de fevereiro, que aprova o Novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários para a Administração Pública;
- Decreto-Lei n.º 3/2010, de 08 de março, que estabelece o Regime de Férias, Faltas e Licença dos Funcionários da Administração Pública;

¹ Gestão dos Recursos Humanos, Gestão Administrativa e Financeira e Gestão do Património.



MINISTÉRIO PÚBLICO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Decreto-Lei n.º 2/85, de 12 de janeiro, que aprova novas regras relativas ao regime das incompatibilidades entre o exercício da Função Pública e a prática de atividades privadas;
- Decreto-Legislativo n.º 2/2013, de 11 de novembro, que estabelece o regime jurídico da duração e horário de trabalho na Administração Pública.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

1. GESTÃO DOS RECURSOS HUMANOS

- Decreto-Lei n.º 54/2009, de 7 de dezembro, que aprova o novo regime da Mobilidade dos Funcionários da Administração Pública;
- Decreto-Lei n.º 58/2014, de 4 de novembro, que estabelece os princípios e normas respeitantes ao Sistema de Avaliação Desempenho do Pessoal da Administração Pública;
- Decreto-Lei n.º 64/97, de 6 de outubro, que estabelece as normas relativas à instrução, decisão e publicação de atos de gestão de Recursos Humanos no âmbito da Administração Pública;
- Decreto-Lei n.º 38/2015, de 29 de junho, que estabelece os princípios e procedimentos aplicáveis aos concursos de ingresso e acesso, recrutamento e reclassificação na Administração direta e indireta do Estado e Administração Local;
- Decreto-Lei n.º 34/2015, que aprova o Regime Jurídico de Capacitação e Desenvolvimento dos Recursos Humanos da Administração Pública;
- Lei n.º 02/VIII/2011, de 20 de junho, que aprova o Estatuto dos Magistrados do Ministério Público;
- Decreto-Lei n.º 33/2017, de 25 de julho, que aprova o Estatuto dos Oficiais de Justiça;
- Decreto-Lei n.º 59/2014, de 4 de novembro, que estabelece o novo Estatuto do Pessoal dirigente da Administração Pública e Equiparados;



MINISTÉRIO PÚBLICO
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

- Decreto-Lei n.º 49/2014, de 10 de setembro, que estabelece o novo Estatuto do pessoal do Quadro Especial da Administração Pública;
- Conteúdos específicos de Recursos Humanos.

2. GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA E GESTÃO DO PATRIMÓNIO

- Lei n.º 20/IX/2017, de 30 de dezembro, que aprova o Orçamento do Estado para o ano económico de 2018;
- Lei n.º 24/IX/2018, de 2 de fevereiro, que estabelece a Organização, a Composição, a Competência, o Processo e o Funcionamento do Tribunal de Contas;
- Decreto-Lei n.º 1/2018, de 03 de janeiro, que define as normas e os procedimentos necessários à execução do Orçamento de Estado para ano Económico de 2018;
- Lei n.º 78/VIII/2014, de 31 de dezembro, que aprova o Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Singulares;
- Lei n.º 88/VIII/2015, de 14 de abril, que aprova o Código da Contratação Pública;
- Decreto-Lei n.º 50/2015, de 23 de setembro, que aprova o Regime Jurídico dos Contratos Administrativos
- Conteúdos específicos de Gestão Administrativa e Financeira e/ou de Gestão do Património.